

## **36º Encontro Anual da Anpocs**

### **GT 21 – Mídia, política e eleições**

**Título do Trabalho: Agenda da corrupção política nos *media* portugueses: a imprensa como estudo de caso**

**Nome: Isabel Maria Ribeiro Ferin Cunha**

#### **Resumo**

Nesta comunicação pretendemos discutir a interrelação das agendas mediáticas e políticas na desocultação dos fenómenos de comunicação política em Portugal, em 2009, um ano de eleições legislativas. Fundamentamos, teoricamente, esta comunicação nas teorias do agendamento mediático e nos seus desdobramentos, tendo como objetivo discutir se a visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política poderá explicar a perceção da corrupção política. Partindo dos conceitos de *agenda-setting*, *framing*, *priming* (Scheufele, 2000) e dos princípios subjacentes ao modelo em cascata (Entman, 2004), pretende-se explicar o processo da ativação da atenção mediática para determinados temas, segundo uma lógica de contaminação entre os diversos meios de comunicação. Com este objetivo e tendo em conta um ano de eleições legislativas, selecionaram-se três casos mediatizados de corrupção política de projeção nacional. Neste texto apresentamos, apenas, os resultados da análise de um *corpus* constituído por dois jornais diários e uma rádio. Os dados foram recolhidos a partir das edições *online* dos referidos meios de comunicação e contextualizados tendo em conta o sistema político e mediático. A partir desta contextualização e da análise procura-se responder às seguintes perguntas: como estes meios de comunicação social agendam o tema corrupção política num ano de eleições legislativas; com que intensidade e longevidade os casos de corrupção política se mantêm nas agendas no ano de 2009; em que medida os casos se sobrepõem, ou se substituem, nos *media*. As potenciais respostas a estas perguntas, constituem uma primeira contribuição para a compreensão da cobertura jornalística e da perceção da corrupção política em contextos de atos democráticos.

Palavras-chave: Corrupção política; *media* portugueses; cobertura jornalística da corrupção política.

Isabel Ferin Cunha

Universidade de Coimbra

## Introdução

Nesta comunicação pretende-se analisar a visibilidade conferida a denúncias da corrupção política nos meios de comunicação social num ano marcado não só pelas eleições para o Parlamento Europeu, como pelas eleições legislativas de 2009. Salientamos que esta exposição integra uma pesquisa mais extensa sobre a cobertura da corrupção política realizada pelos *media*, em Portugal, entre 2005 e 2012. Assinalamos que neste período se realizaram três eleições legislativas e duas eleições presidenciais. Em 2005 e 2009, no quadro das legislativas, foi eleito primeiro-ministro José Sócrates, secretário-geral do Partido Socialista (PS). Nas primeiras eleições constituiu um governo maioritário<sup>1</sup> e nas eleições de 2009<sup>2</sup>, não obteve a maioria. Em 2011, após resgate de Portugal pelas instituições internacionais designadas genericamente a *Troika* (Comissão Europeia, CE; Fundo Monetário Internacional, FMI; e Banco Central Europeu, BCE), o primeiro-ministro socialista demitiu-se e foram convocadas novas eleições. Estas eleições foram ganhas pelo Partido Social Democrata (PSD), que em coligação com o terceiro partido mais votado formou governo<sup>3</sup>. As eleições presidenciais ocorreram em 2006<sup>4</sup> e em janeiro de 2011, sendo nesta última reeleito o anterior presidente, do PSD, Cavaco Silva, para um segundo mandato.<sup>5</sup>

Entre 2005 e 2011 o aumento da perceção pública, em Portugal, sobre a corrupção tem vindo a refletir-se nas listagens divulgadas anualmente pelas organizações internacionais. Segundo os dados da *Transparency International*, Portugal encontrava-se em 26º lugar em 2006; em 32º em 2008; no 35º em 2009 e, em 2010, na 32ª posição.

---

<sup>1</sup> Nas eleições legislativas de 2005, O Partido Socialista (PS) ganhou por maioria (45.05%). O segundo partido mais votado o Partido Social Democrático (PSD) obteve 28.70%. Os votantes foram 65.03% e a abstenção 34.97% (Comissão de Eleições <http://www.eleicoes.mj.pt/>).

<sup>2</sup> Nas eleições legislativas de 2009, O PS obteve 36.55% dos votos, o PSD, 29.11%, dentro de 59.74% de votantes e 39.40% de abstenção (Comissão de Eleições <http://www.eleicoes.mj.pt/>).

<sup>3</sup> Nas eleições legislativas de 2011, o PSD foi eleito por 38.65% dos votos, seguiu-se o PS com 28.06% e o Centro Democrático Social (CDS) obteve 11.70%. Foram votantes 58.07% dos eleitores e registou-se 41.10% de abstenção (Comissão de Eleições <http://www.eleicoes.mj.pt/>).

<sup>4</sup> Em 2006 o candidato Cavaco Silva, membro do PSD, foi eleito presidente por 50.59% de votos. Os votantes foram 62.60% dos eleitores e a abstenção situou-se em 38.55% (Comissão de Eleições <http://www.eleicoes.mj.pt/>).

<sup>5</sup> Em 2011 o candidato Cavaco Silva, membro do PSD e anterior presidente, foi reeleito presidente por 52.95% de votos, entre os 46.52% votantes. A abstenção registou o valor de 53.30%. (Comissão de Eleições <http://www.eleicoes.mj.pt/>).

Em 2011, o *Eurobarómetro* divulgou que 97% dos portugueses acreditavam que a corrupção era o principal problema do país. Apesar destes valores serem comuns a outros três países do sul da Europa, que se encontram em dificuldades financeiras (Grécia, Espanha e Itália), convém compreender como se constrói esta perceção em Portugal, uma vez que, conforme escreve Maia (2011: 115) *a maior parte das pessoas recolhe informação acerca das práticas de corrupção e constrói a sua perceção acerca do problema, tendo como base os canais televisivos, bem como a imprensa.*

Como é sabido a cobertura jornalística da política sofreu grandes alterações nas democracias ocidentais nas últimas décadas, não só devido à alteração de fatores tecnológicos, mas sobretudo a mudanças nos sistemas económicos, financeiros e sociais. A crescente centralidade dos *media* nas sociedades democráticas ocidentais teve como consequência direta a adaptação dos sistemas políticos a novas estratégias de comunicação política no sentido de redefinir o espaço público. Entre estas salienta-se o recurso a profissionais de assessoria e marketing político capazes de criar campanhas e gerir períodos de governação, com base na análise de tendências de mercado e nas expectativas políticas e económicas dos cidadãos. Estes são entendidos preferencialmente como audiências e consumidores de produtos políticos, sendo que as estratégias políticas tendem a privilegiar a performance mediática e a “esperança” vendida em detrimento da “realidade” dos fatos. Neste contexto, a comunicação política desenhada pelas assessorias incide preferencialmente em determinadas figuras dos partidos, aquelas que apresentam maior potencialidade face aos *media*, normalmente caracterizadas por apresentarem maior capacidade para administrar impressões e cativar audiências. Este exercício de personalização política promove, igualmente, aqueles que demonstram maior competência na gestão da “informação mínima”, seja ela “sound byte” ou “image byte” (Graber, 2009).

Acresce a estas condições que uma das estratégias mais impactantes da comunicação política é a criação de cenários e a espectacularização das ações de governação ou de campanha (Rubim, 2009), por meio da encenação de situações públicas — anúncios de programas eleitorais ou de medidas de governo; visitas a mercados; inaugurações de infraestruturas, etc.— centradas nas aparições dos políticos. Nestes rituais, altamente personalizados, a credibilidade e a persuasão dos atores políticos está sob constante escrutínio. Enquanto a performance da credibilidade permite ao ator político desempenhar legitimamente, e em representatividade, as funções que lhe foram confiadas aquando de eleições; a performance da persuasão determina a

capacidade do ator político manter, em relação aos cidadãos/eleitores, a sua reputação de credibilidade, não só como ator mas também como cumpridor de um programa político.

Neste cenário de personalização, a descrédibilização de um ator político é um processo que o ultrapassa, atingindo uma “geração partidária”— de onde fora escrutinado aquele que reunia melhores condições de mediatização política — e a estratégia de comunicação política que a respaldou. A gestão deste risco constante e fatal leva a que as assessorias de comunicação política trabalhem o líder político numa perspectiva de “jogo de estratégia”, criando situações alternativas em diferentes frentes de oposição, seja no interior da mesma formação partidária, seja face aos opositores de outros partidos. No combate pela liderança, onde os *media* surgem ora como aliados ora como oponentes, os rumores, as suspeições e as denúncias tornam-se matéria-prima facilmente transacionável. Um ilícito mediatizado ao adquirir a designação de escândalo, isto é, ao ser percecionado como uma transgressão praticada à revelia da ética política vigente, tende a tornar-se numa mercadoria de valor acrescentado, quer para os oponentes políticos quer para os *media* (Thompson, 2000:40).

Conforme escreveu Blankenburg (2002) a adesão à União Europeia, de muitos países do Sul e do Leste da Europa, e a consequente desregulamentação dos *media*, originou uma maior competição pelo valor-notícia e uma nova cultura profissional dos jornalistas, fundada simultaneamente na competição pelo mercado de audiências e nos valores democráticos. Ao mesmo tempo, as estratégias de visibilidade dos líderes políticos, as mudanças de tecnologia e comunicação e de vigilância, as mudanças na cultura jornalística e na cultura política, bem como a crescente regulamentação da vida política, favorecem o surgimento de escândalos muitas vezes associados à *corrupção e ao suborno de tal modo que esses conceitos parecem inextricavelmente ligados* (Thompson, 2000:55). Não sendo um fenómeno novo, como demonstra este autor, não é por acaso que, a partir da segunda metade do século XX, o escândalo se tornou um flagelo das democracias. Existindo muitas espécies de escândalos é em torno das denúncias de corrupção política que determinados fenómenos adquirem essa dimensão mediática, mobilizando recursos de diversa ordem para denunciar abusos de poder, sobretudo de opositores, na obtenção de ganhos indevidos. Estas denúncias ocorrem fundamentalmente em quatro situações-tipo: na competição por cargos políticos, no exercício de cargos públicos, na ação de legislar e governar, bem como após o abandono

de cargos de governação, mantendo-se, contudo, determinadas funções político-partidárias (Heidenheimer e Johnston,2002).

### **Da perceção à cobertura jornalística da corrupção política**

Nesta comunicação, tal como referimos, o nosso objetivo é refletir sobre a cobertura jornalística da corrupção política, tendo como estudo de caso o ano de 2009. Enquanto a cobertura jornalística da corrupção política constitui a forma como os meios de comunicação abordam o tema da corrupção política, a perceção da corrupção política é o ato de apreensão cognitiva individual, ou coletivo, que os cidadãos fazem daquele fenómeno. Assume-se em concordância com Sousa e Triães (2008, 2010) e Maia (2006, 2011) que a perceção da corrupção política advém, fundamentalmente, da informação veiculada pelos *media*.

A partir do início do milénio, num quadro de crise económica crescente em Portugal, acentuou-se a visibilidade das denúncias de corrupção política nos *media*. Para Morgado e Vegar (2003) o aumento da corrupção deve-se por um lado ao fluxo de verbas provenientes da União Europeia no âmbito dos Fundos Estruturais, aplicados sem a adequada fiscalização. Os mesmos autores atribuem, ainda, o aumento da corrupção à “perceção de impunidade” que parece envolver os “crimes de colarinho branco” dada a incapacidade do sistema penal se modernizar no combate a este novo tipo de criminalidade. Por outro lado, como refere Maia (2006), o número de casos de corrupção registados não tem correspondência aos processos julgados, o que facilita uma perceção negativa, associada à impunidade, sobre a corrupção política em Portugal.

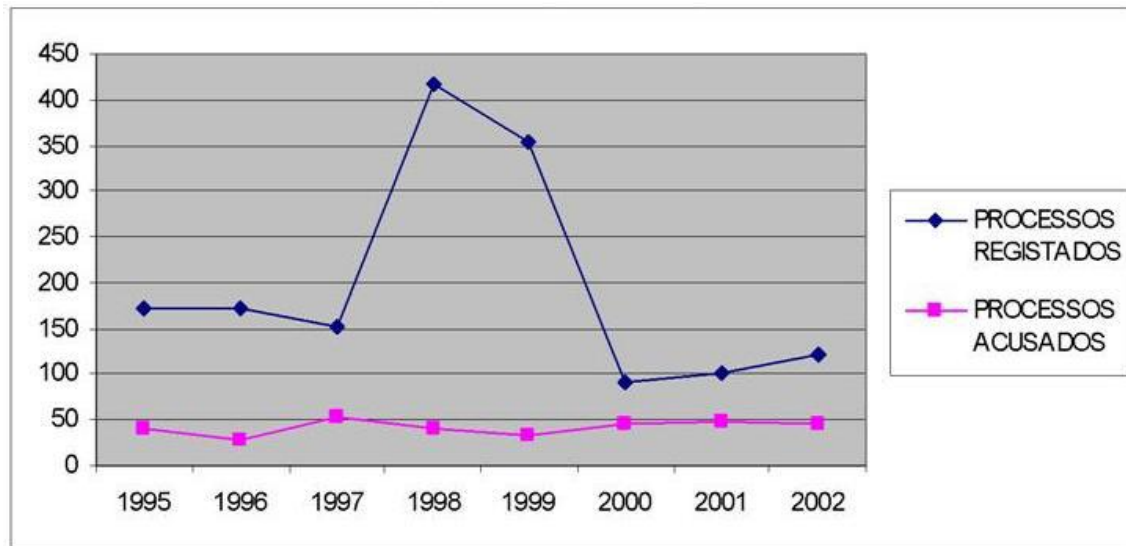


Gráfico 1— Gráfico evolutivo da relação entre processos registados e processos acusados (Fonte: Maia, A. J., s.d. *A percepção social da corrupção em Portugal* [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt) , acedido em julho de 2012)

Ainda, segundo o mesmo autor, o número de arguidos acusados difere largamente do número de arguidos condenados.

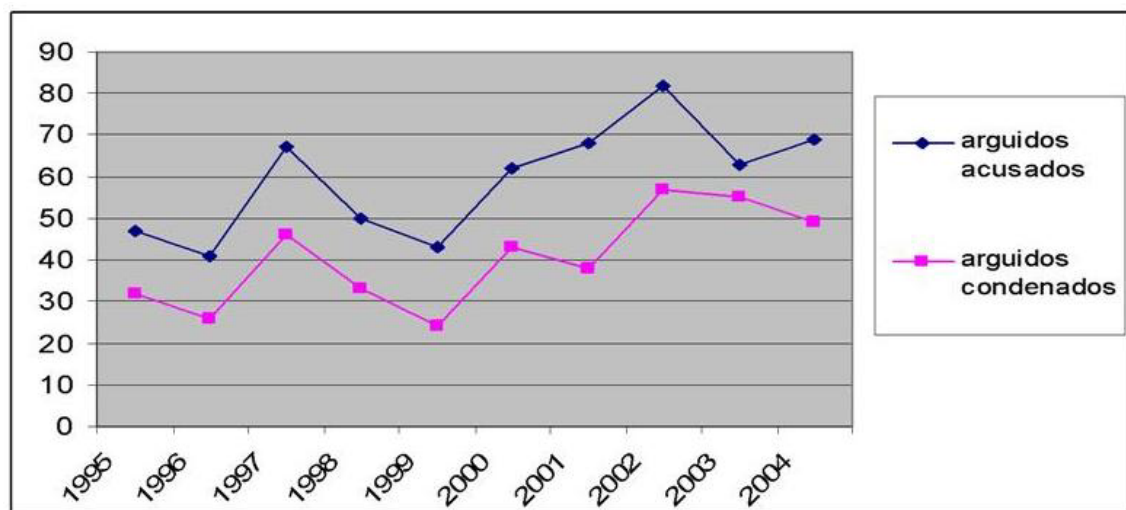


Gráfico 2— Gráfico evolutivo da relação entre arguidos acusados e arguidos condenados (Fonte: Maia, A. J., s.d. *A percepção social da corrupção em Portugal* [www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt) , acedido em julho de 2012)

Estes dois gráficos demonstram a disparidade entre acusações e condenações, o que nos permite deprender que, tendo sido dada grande visibilidade, através do agendamento, aos crimes de corrupção política nos *media*, houve, provavelmente, uma visibilidade correspondente aos desfechos dos processos. Esta situação acarreta a percepção de uma imagem de ineficácia do sistema judicial e, em simultâneo, da impunidade dos políticos envolvidos. A explicação para a visibilidade concedida pelos *media* a estes *issues* pode estar quer no sistema judiciário quer no sistema mediático. Como refere Maia (2011), parafraseando anteriores autores, o sistema judiciário parece

não ter instrumentos que permitam apreender muitos dos atuais crimes de corrupção, que não encontram na lei uma tipificação adequada. Ao mesmo tempo, os *media* parecem interessar-se preferencialmente pela desocultação dos crimes, pelo registo dos processos e pela identificação dos arguidos. Estes interesses parecem estar mais adequados a um momento de crise económica e financeira e de luta pelas audiências, em que a utilização frequente da palavra “corrupção” associada à desocultação de potenciais crimes de corrupção política se torna uma matéria-prima de valor acrescentado, sobretudo quando envolve figuras públicas destacadas (Allern e Pollack, 2012: 9-28).

A perceção dos fenómenos de corrupção política nos *media* está vinculada às rotinas da cobertura jornalística, nomeadamente ao agendamento, isto é, à forma como os jornalistas, e os meios de comunicação, selecionam e dão visibilidade a determinados temas, em detrimento de outros. Segundo McCombs e Show (1972) o agendamento praticado pelos *media* tem dois resultados complementares, por um lado determina os temas em que os cidadãos pensam, por outro lado, condiciona a forma como os cidadãos pensam sobre esses temas. Em simultâneo, os *issues* seriam percecionados pelos cidadãos em função da visibilidade que lhes é concedida pelos *media*. Por exemplo, a maior ou menor saliência concedida pelos *media* a casos de corrupção teria como consequência uma maior ou menor perceção na opinião pública deste fenómeno. As revisões que foram feitas às teorias do agendamento vieram complexificar esta visão alicerçada no princípio de estímulo-resposta e introduzir o princípio de enquadramento das agendas em função dos interesses de instituições e cidadãos (McCombs, 2004), bem como a ideia que o agendamento seria um equilíbrio entre três agendas paralelas, a do campo político, a dos *media* e a dos cidadãos (Weaver, 2007). Para estes autores a preponderância de uma das agendas determinaria a submissão dos interesses das outras, mas ao mesmo tempo exigiria um delicado trabalho de equilíbrio entre os interesses envolvidos, o que só poderá ser atingido com recurso a negociações entre os diversos campos. Esta hipótese sob a formulação da agenda na cobertura jornalística permite-nos pensar que a visibilidade dada aos temas da corrupção política poderá estar em consonância não só com a necessidade e estimular as audiências, mas também com interesses políticos de opositores (internos e externos ao campo político). Este agendamento tende, em simultâneo, a satisfazer expectativas dos cidadãos — inconformados com os rumos da política e da economia, a sua fraca capacidade de

intervenção nos destinos coletivos ou com a lentidão da justiça — que, nos *media*, buscam encontrar justiça e “culpados”.

Na construção da percepção sobre a corrupção política é ainda importante rever os conceitos de *framing* e *priming* (Scheufele, 2000), assim como a ideia de modelo de *agenda em cascata* (Entman, 2004). Segundo Scheufele, *framing* (enquadramento) é um conceito que incide sobre as formas como o jornalismo confere, de forma continuada e persistente, atributos a determinados temas. Neste processo a opinião pública pende a apreender os enquadramentos em função das suas disposições individuais, o que determina a percepção e a atribuição de rótulos a cada fenómeno, ou a um conjunto de fenómenos reportados. Partindo deste pressuposto, o enquadramento da corrupção política, buscará adquirir um padrão de enquadramento jornalístico nos *media* portugueses, que por sua vez, também, será lido de forma padronizada pelos diversos segmentos da opinião pública.

Um outro conceito importante é o *priming* (que poderemos traduzir por saliência pública) que consiste no mecanismo derivado das escolhas que os *media*, e os jornalistas, realizam no momento de agendar determinados temas e identificar os principais atores políticos. O *priming* decorre, deste modo, dos procedimentos de agendamento que ao atribuir maior proeminência, destaque ou relevância a determinados temas ou atores políticos, facilitam a interiorização pela opinião pública da sua “saliência”, ao mesmo tempo que agregam à sua volta atributos que funcionam como “atalhos cognitivos”. Por exemplo, a saliência (*priming*) conferida a um determinado político, está sempre associada a temas e atributos específicos. A enunciação desses temas e atributos leva à identificação, pelos cidadãos, desse político; a nomeação nos *media* desse político carrega, por sua vez, o tema e o conjunto de atributos que lhe estão associados.

Para terminar, convém ter em consideração o modelo proposto por Entman (2004) denominado *cascading activation model* que pretende explicar a atenção despendida pelo público a determinados fatos ou acontecimentos. Para o autor, o enquadramento que os *media* dão aos assuntos decorre de um processo complexo, constituído por múltiplas etapas, que tem início em negociações entre atores políticos, ou grupos de interesse, e os *media*, antes de chegar ao domínio público. Entman defende que as *estórias* e os pontos de vista em circulação nos *media* são produzidos no topo da hierarquia política. Esta primeira etapa no processo de *agenda-setting* é posteriormente filtrada por um segundo nível de elites políticas que interage com os *media*, sendo que



quanto maior for o consenso entre as elites políticas, maior será a sua capacidade de definir os enquadramentos dos *media*; pelo contrário, quanto maior for a indecisão ou desacordo entre as elites políticas, maior será a influência dos *media* na estruturação do tema. Ainda que reconheça importância à opinião pública, o autor coloca-a no fim de uma cadeia de valor, passível de ser avaliada a partir de sondagens de opinião, votos eleitorais ou audiências dos *media*.

Resumindo, enquanto os procedimentos de agendamento, *framing* e *priming* nos ajudam a compreender os fenómenos de perceção da corrupção nos *media*, o modelo em cascata alerta-nos para os potenciais interesses — dentro do campo político e mediático — que circulam em torno da denúncia dos crimes de corrupção política. Acresce que este modelo aponta para a capacidade dos *media* gerarem agendas paralelas e autónomas, com capacidade para se retroalimentarem à revelia do sistema político e da opinião pública.

De igual modo, e como já referimos anteriormente, a corrupção política é por si só uma matéria-prima de valor acrescentado dentro da lógica de competição por audiências. É necessário, ainda, ressaltarmos que, num primeiro momento, a imprensa (escrita, radiofónica e televisiva) apostou no jornalismo de investigação, mas com o alastrar da crise económica e financeira e a exigência de redução de custos, as rotinas dos *media* voltaram-se para as fontes disponíveis e anónimas, normalmente localizadas nos tribunais. Como refere Leblanc (1998: 60-70), os *media* e a justiça têm, pelo menos, dois objetivos comuns: descobrir a verdade e fazer com que publicamente ela seja reposta. No entanto, enquanto o juiz surge aos olhos do cidadão comum como um justiceiro, cuja ação está travada por obrigações e códigos, o jornalista parece estar aparentemente mais livre, movendo-se por uma representação da justiça que transcende os limites da instituição. Esta perceção pública da justiça faz com que os *media* assumam a intermediação entre poderes, exercendo ora o papel de acusadores, ora de advogados de defesa, ora de juízes nos casos com maior potencial mediático. Nestes casos, é também frequente a violação do segredo de justiça, promovida pelos *media* através da divulgação de informações de fonte judicial, gerando um conhecimento parcial dos factos designada “informação hipótese” e os julgamentos na praça-pública.

## **Os casos e as metodologias**

A análise que apresentamos nesta comunicação incide em três casos que perpassaram o ano de 2009: o caso *Freeport*; o caso *BPN* e o caso *Face Oculta*. O nosso objetivo é perceber a intensidade (destaque atribuído pelos *media*) da cobertura jornalística destes casos num ano de eleições legislativas, nos diários *Diário de Notícias* (DN), *Correio da Manhã* (CM) e na rádio *TSF*. Deste modo formulámos as seguintes perguntas: como os meios de comunicação social agendam o tema corrupção política? que intensidade e longevidade apresentam essas agendas na imprensa, ao longo do ano de 2009? Em que medida os casos se sobrepõem, ou se substituem, nos *media*? Ao encontrar respostas para estas perguntas procuraremos perceber como “potencialmente” os meios de comunicação poderão interferir na perceção da corrupção política e, por conseguinte, na intenção de voto dos cidadãos.

Teremos ainda em consideração que as eleições para a Assembleia da República, que definem a eleição do primeiro-ministro e do governo, se realizaram em setembro daquele ano, já num contexto de crise de dívida soberana mas, ainda, sem a intervenção das três instituições internacionais que hoje tutelam Portugal (Banco Central Europeu, BCE; Fundo Monetário Europeu, FMI e Comissão Europeia, CE). Nas urnas os cidadãos atribuíram ao PS novo mandato por minoria, permitindo, deste modo, a reeleição do primeiro-ministro do PS, José Sócrates. Os estudos realizados sobre esta campanha eleitoral, que decorreu entre 13 e 25 de setembro, observaram que os temas mais focados nos canais televisivos de sinal aberto foram, para além das “Ações de Campanha” (42,3%), as questões referentes à “Economia, Finanças e Crise” (19,9%) e aos “Escândalos e Processos Judiciais” (5,4%) (Cunha, 2010; Cunha, 2012). Nos canais de acesso pago, os temas “Escândalos e Processos Judiciais” (9,7%) e “Economia, Finanças e Crise” (4,9%) ocuparam, respetivamente, o terceiro e quarto lugar entre os temas mais referenciados na cobertura destas eleições. Estes exemplos ilustram que a cobertura jornalística encontra-se muito atenta à desocultação de “casos”, identificados como corrupção política onde adquirem grande visibilidade atores políticos, ou ex-dirigentes políticos, dos três partidos com maior representatividade parlamentar (PS; PSD e Centro Democrático Social, CDS).

Para melhor compreender os casos que nos propomos analisar evocamos a tipologia avançada por Sousa (2011:40-42) que considera que a corrupção política em Portugal, pode ser esporádica ou fragmentada; estrutural ou cultural; sistemática ou política; metassistemática ou de “colarinho branco”. Segundo o autor a primeira forma estende-se a todo o tipo de atividades e não sendo premeditada, tende a viver de oportunidades e de

atores circunstanciais e de baixos recursos e custos (por exemplo, “tirar vantagens”). A corrupção estrutural ou cultural é frequente, não apresenta atores permanentes, embora possa ter atores privilegiados, dispondo de baixos custos e sendo transversal a todos os grupos sociais, formações partidárias e governos (por exemplo, a “cunha/pistolão”). A terceira e quarta forma de corrupção, anteriormente enunciadas, envolvem elevados recursos e sofisticadas ferramentas tecnológicas e financeiras, mobilizam diversos níveis de mediadores e atores circunstanciais, muitas vezes desconhecedores, dos objetivos finais, mas encarregados de operações e transações arriscadas. O que tende a distinguir a corrupção sistemática ou política da metasistemática é a sua dimensão internacional ou multinacional.

Os três casos que pretendemos analisar enquadram-se nestas duas últimas formas de corrupção política, com interferência de interesses internacionais, ocultação de recursos em *offshores*, níveis de intermediários diferenciados, tráfico de informação privilegiada, financiamento partidários etc. A cobertura jornalística desses casos constituiu, ainda, um tema polémico, envolvendo acusações recíprocas entre agentes políticos, jornalistas e agentes da justiça, provocadas por fugas de informação sobre elementos dos processos em segredo de justiça, tais como transcrições de escutas telefónicas. Essas fugas de informação deram origem a inquéritos judiciais instaurados a jornalistas e a órgãos de comunicação social pelo Procurador-Geral da República.

Salientamos ainda que os casos de corrupção política que analisaremos nesta exposição foram denunciados inicialmente por órgãos de comunicação social, nomeadamente pelos semanários *O Independente*, *Sol*, pelo diário *O Público* e no jornal televisivo da sexta-feira da TVI. A estas denúncias o governo reagiu cerceando a publicidade institucional a esses órgãos de comunicação, o que deu origem a uma queixa à Entidade Reguladora da Comunicação (ERC) realizada pelo PSD (maior partido da oposição). Os financiamentos de empresas *media* foram escrutinados, também, no sentido de verificar os potenciais apoios ao governo do primeiro-ministro socialista José Sócrates. A análise de um *corpus* centrado no DN, no CM e na TSF constitui uma alternativa aos anteriores meios que estiveram mais diretamente envolvidos em confronto com aquele governo.

Os três casos selecionados podem ser caracterizados da seguinte maneira:

**1. Freeport** — O “Caso Freeport, reporta-se ao ano de 1999, quando uma multinacional irlandesa designada *McKinney*, do ramo da promoção imobiliária, apresenta no Instituto da Conservação da Natureza (ICN) um pedido de informação acerca da possibilidade de

reconversão da antiga fábrica de pneus Firestone num complexo lúdico-comercial, a que chamaria de “Designer Village”. O local estava dentro da Zona de Protecção Especial (ZPE) da Reserva Natural do Estuário do Tejo e, para se concretizar o empreendimento, era necessário alterar os limites legalmente definidos dessa ZPE. Em 2000 é contratada a empresa de consultoria *Smith&Pedro* para acompanhar todas as burocracias com vista à legalização do empreendimento em Portugal. Em Fevereiro, o advogado Manuel Pedro, sócio da consultora, foi nomeado assessor principal para aquela Reserva Natural, juntamente com um outro ambientalista e professor universitário. Um estudo de impacte ambiental, contendo as recomendações anteriores, é realizado. A 10 de junho de 2000, inicia-se o processo de avaliação, proposto pela *McKinney* e executado pela *PlaniPlano*. Em outubro do mesmo ano, é emitida uma Declaração de Desconformidade, na qual é expresso que o Estudo não permitia a avaliação dos eventuais impactes do projeto, como tal, o projeto seria cancelado. A *McKinney* perde o interesse no investimento e vende o terreno à *Freeport Leisure* (2001) uma empresa especializada em *outlets*. O então secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, pede ao ICN que reavalie os limites da ZPE do Estuário do Tejo, pois entende que não se deveria aplicar à área em questão o estatuto de ZPE. A *Freeport Leisure* apresenta um novo Estudo de Impacte Ambiental elaborado pela *Mitchell MCFarlane & Partner*. Surgem movimentações na embaixada inglesa com vista a pressionar a aprovação do projeto junto do então ministro do Ambiente, José Sócrates. É neste período que surgem as acusações de que a *Smith&Pedro* terá solicitado o 4 milhões de libras para desbloquear o licenciamento do *Freeport*. Este dinheiro seria para os próprios, que foram constituídos arguidos e ilibados, em julho de 2012, ou para o mencionado ministro do PS, eleito primeiro-ministro em 2005. O caso *Freeport* foi despoletado nesse ano através de uma carta anónima, posteriormente identificada como redigida por um militante do CDS, acusando o então ministro do Ambiente de ter recebido *luvas* a troco da autorização para construção de um *outlet* numa zona dita *protegida* situada no estuário do rio Tejo, financiado pelo consórcio britânico *Freeport*. A polícia investiga as denúncias e surgem inúmeras referências às *luvas* que José Socrates, ou familiares, terão recebido. A polícia inglesa, através do *Serious Fraud Office*, investiga a empresa *Carlyle*, que se tornou dona do empreendimento em 2007. O *Eurojust*, organização de Justiça que coordena atividades neste âmbito na Europa, é coordenado por um advogado e anterior colega do primeiro-ministro, e recusa-se a dar seguimento ao processo. O coordenador é, posteriormente, afastado acusado de pressionar os procuradores do

ministério público. Durante o julgamento do processo foram constituídos arguidos sete cidadãos e posteriormente ilibados cinco. Apenas dois foram levados a julgamento em 2011 e absolvidos em 2012, tendo sido extraída uma certidão no final do julgamento com vista à averiguação da possível implicação do ex-primeiro-ministro, José Sócrates, que até ao momento não foi constituído arguido nem ouvido como testemunha.

**2. BPN (*Banco Português de Negócios*):** Em 1993 foi criado o BPN, vocacionado para a banca de investimentos. Em 1998, um anterior ministro da economia do atual presidente da República, Cavo Silva, assumiu a liderança e criou a Sociedade Lusa de Negócios, destinada a agregar os investimentos não financeiros do grupo. Para esta sociedade entraram muitos ex-ministros e pessoal político do então partido da oposição, PSD. Entre 2002 e 2008 o grupo compra alguns bancos e corretoras, nomeadamente em Cabo-verde e no Brasil, não tendo declarado algumas operações ao Banco de Portugal, nem clarificado a sua estrutura acionista. Em Novembro de 2008, e após uma investigação policial que incidiu sobre diversos agentes financeiros, o BPN foi nacionalizado devido às perdas acumuladas de cerca de 700 milhões de euros. Investigações levadas a cabo pela polícia levaram à suspeita de que foram praticados crimes de burla qualificada, falsificação, fraude fiscal, corrupção e branqueamento de capitais, no montante total de 100 milhões de euros. Em 2009 é avançada a suspeita que o presidente da República, e família, tenham beneficiado de informação privilegiada e beneficiado na compra e venda de ações. Entre as personalidades com ligações aos negócios do BPN surge um conselheiro de Estado e ex-membros de anteriores governos do PSD.

**3. *Face Oculta*:** caso noticiado em 2009 no decurso de uma investigação da Polícia Judiciária de Aveiro desencadeou em vários pontos do país, diligências relacionadas com alegados crimes económicos (lavagem de dinheiro, corrupção política e evasão fiscal) de um grupo empresarial, cujo responsável montou uma rede envolvendo antigos titulares de cargos governativos, funcionários autárquicos e de empresas públicas, e militares, com o objetivo de obter benefícios para os negócios das suas empresas na área da seleção, recolha e tratamento de resíduos. O caso conta com 36 arguidos (34 pessoas e duas empresas) entre eles destacados membros políticos do PS, e altos funcionários de empresas públicas. O Ministério Público acusa o dono das empresas de criar uma teia de influências, que permita obter informação privilegiada e por conseguinte, vantagens para o seu grupo empresarial. Nesta teia encontram-se as maiores empresas públicas portuguesas (REN, REFER, CP e EDP) e, também, grandes empresas privadas. O

processo ganhou grande visibilidade mediática quando foi denunciada a existência de escutas telefónicas e mensagens telefónicas escritas trocadas entre o primeiro-ministro José Sócrates e o principal político constituído arguido (Armando Vara). O caso encontra-se, ainda, em julgamento.

A estratégia metodológica que se seguiu, na busca de resposta às perguntas atrás enunciadas, abrange nesta comunicação que faz parte de um trabalho mais extenso e em curso, uma dimensão contextual e numa dimensão analítica. Recordamos que em 2005 foi eleito, pela primeira vez o primeiro-ministro socialista, José Sócrates, e que em 2012 Portugal está sob medidas de “austeridade” muito severas, que implicam em cerca de 16% de desemprego, redução de 3.5% do PIB, cortes nos salários e nos direitos sociais.

Na análise da imprensa e de rádio a dimensão contextual faz uma breve apresentação dos títulos (*Diário de Notícias*, DN e *Correio da Manhã*, CM) e da estação de rádio (TSF), identificando os proprietários e apresentando uma panorâmica geral sobre os casos entre 2005 e 2012 (julho). A dimensão analítica implica o levantamento dos conteúdos referente a uma *amostra de conveniência* de notícias *online* de imprensa diária DN e CM e da rádio (TSF). A identificação do universo das peças na imprensa e na rádio foi realizada por busca por palavra-chave nas edições digitais. Ressaltamos que no ano de 2009, ocorreu a campanha eleitoral para as legislativas de 13 a 25 de Setembro. O objetivo desta análise foi aprofundar a intensidade da cobertura jornalística referente aos casos de corrupção e perceber se há um padrão de cobertura relativamente a estes casos em função das eleições. Com base nos resultados pretendemos aprofundar as bases sobre as quais se constroem as perceções dos cidadãos portugueses sobre a corrupção, comparando os resultados obtidos neste projeto e os coletados nos estudos sobre a perceção dos portugueses sobre a corrupção (Sousa e Triães, 2011).

## **Análise dos dados**

A seleção do *corpus* anteriormente apresentado teve em conta, primeiramente, a sua representatividade. O DN e o CM são os jornais diários de maior circulação nacional no seu segmento, respetivamente jornal de referência e jornal tabloide. A TSF é a maior estação de rádio de notícias privada. Estes meios de comunicação têm,

também, sites *online* onde está depositada a informação veiculada nos anos que constituem o nosso *corpus*, sendo por isso de fácil acesso.<sup>6</sup>

O *corpus* abrange meios vocacionados para públicos distintos e pertencentes a dois proprietários distintos. O DN, um jornal de referência, é hoje propriedade da *Global Notícias*, pertencente ao Grupo *Controlinveste Media*. Foi fundado em 1864 e a sua história, ao longo deste século e meio, reflete as vicissitudes políticas do país: empresa estatal no âmbito da ditadura salazarista; privatizado na “primavera marcelista, nacionalizado na revolução do 25 de Abril de 1974, reprivatizado. Tem uma tiragem média de cerca de 29 mil exemplares (2011) e circulação nacional. O CM, um tabloide considerado comumente sensacionalista, é, igualmente um jornal diário, do Grupo *Cofina*. Trata-se do jornal com mais vendas em Portugal, atingindo 40% de cota de mercado (2011). A TSF é uma rádio de notícias fundada em 1989, sob a forma de cooperativa, que atualmente pertence ao Grupo *Controlinveste Media*. Convém ainda referir que no período em análise os governos, tanto do PS (2005-2011) como atualmente do PSD (2011-2012), foram acusados de tentar interferir nas coberturas noticiosas, no sentido de controlar a “má imprensa”.

Lembramos que as eleições legislativas tiveram lugar no ano de 2005, 2009 – ano em que foi reeleito o primeiro-ministro do PS, José Sócrates — e em 2011, ano em que este primeiro-ministro resignou e foi negociado o resgate financeiro de Portugal com as instituições que compõem a *Troika*. Em seguida são realizadas as eleições e eleito o atual primeiro-ministro do PSD, Passos Coelho. O mesmo período envolveu a eleição do Presidente da República, Cavaco Silva (2006), que é reeleito em janeiro de 2011. Salientamos, também, que a crise é o grande chapéu agregador das Eleições Legislativas de 2009 (Cunha, 2010, 2012). Esta crise surge numa dimensão não prevista anteriormente: por um lado conduz ao reforço de algumas competências do Estado (fiscalização, segurança pública, regulação) perdidas no final do milénio; por outro vem demonstrar como os países ocidentais estão interdependentes e fragilizados perante a globalização que construíram. Sublinhamos, ainda, que a crise é por si, uma matéria-prima para os *media* que, perante pressões de interesses instalados e dentro de um contexto de escassez de fontes de financiamento, tendem a gerir a “informação”, através dos agendamentos “mais convenientes”. Deste modo as estratégias de agenda utilizam

---

<sup>6</sup> Os sites *online* dos meios analisados foram consultados em julho de 2012: DN *online* <http://www.dn.pt/pesquisa/default.aspx?Pesquisa>; CM *online* <http://pesquisa.cmjornal.xl.pt/?>; TSF *online* <http://www.tsf.pt/pesquisa/default.aspx?Pesquisa>, acedidos em julho de 2012).

os enquadramentos e as saliências (*priming*) para “ênfatizar” ou “apagar” determinados contextos, elementos ou acontecimentos, dentro da perspectiva de pensamento único hegemónico e neoliberal. Estas estratégias têm como resultados a criação de “climas” ora de alarmismo e pânico moral, ora de confiança, com vista à conformação da opinião pública.

Em Portugal, a crise data do início do milénio, decorrente da adesão à moeda única europeia, que resultou num crescente endividamento interno e externo, baixas taxas de crescimento do PIB, aumento do desemprego e dificuldades em enfrentar a abertura aos mercados emergentes. Os grupos *media* portugueses não ficaram imunes a estes ciclos económicos, dado que integram grandes grupos económicos com áreas diversificadas de interesses e ligações internacionais. A retração do investimento publicitário, associado às reestruturações e movimentações pelo controle, privado e público, das empresas de comunicação, informação e *media*, criaram um clima de grande crispação dentro das redações das televisões, jornais e rádios e, entre estas, o governo e as diversas facções partidárias. Sucedem-se as acusações de interferência do governo, sobretudo do primeiro-ministro socialista, José Sócrates, junto de empresas de comunicação social, visando condicionar informações menos favoráveis à governação socialista.

Dois outros fatores são importantes para a contextualização das eleições de 2009: o clima de escândalo e corrupção política que envolveu o primeiro-ministro do governo socialista e a sua recandidatura.

No ano de 2009, o DN, o CM e a TSF apresentam um volume de peças distribuído pelos três casos. Observamos que é o DN, um diário de referência, que atribui maior visibilidade aos referidos casos, nomeadamente ao *BPN*. No CM, um jornal tabloide acusado frequentemente de sensacionalismo, os casos *Freeport* e *BPN* contabilizam um número de peças muito semelhante, com ligeira saliência do primeiro caso referido. Já a TSF a situação é idêntica, mas a proeminência é do caso *BPN*.



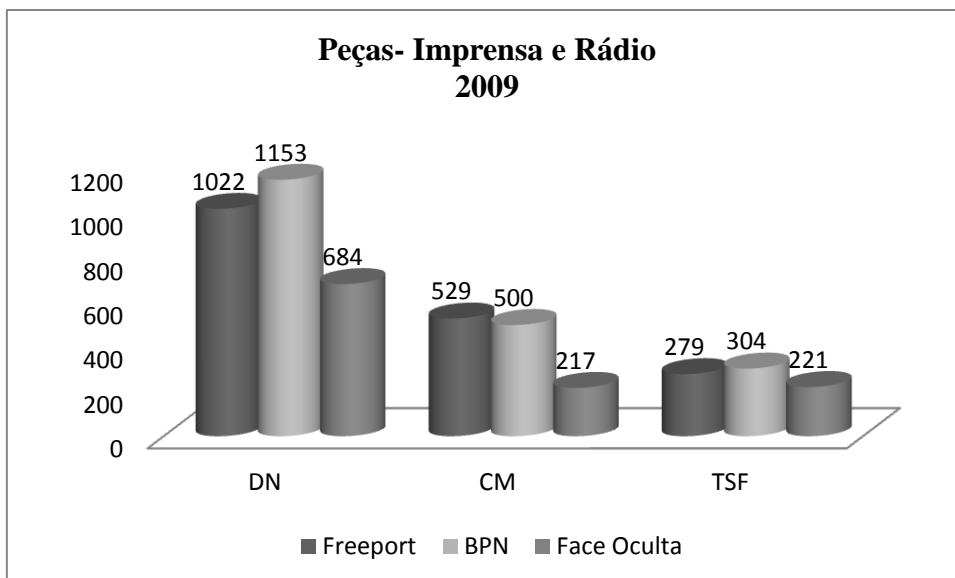


Gráfico 3— Número de peças registadas na imprensa e na rádio no ano de 2009, relativas aos casos *Freeport*, *BPN*, *Face Oculta* (Fonte dos dados: DN e CM *online*; DN *online* <http://www.dn.pt/pesquisa/default.aspx?Pesquisa>; CM *online* <http://pesquisa.cmjornal.xl.pt/?>; TSF *online* <http://www.tsf.pt/pesquisa/default.aspx?Pesquisa>, acedidos em julho de 2012)

Nos dados consultados em julho de 2012, nos sites *online* do *corpus*, a cobertura dos três casos de corrupção política — *Freeport*, *BPN* e *Face Oculta* — apresentam um perfil de intensidade, que se acentua a partir do ano de 2008, tem o seu pico em 2009, e declina em 2011.

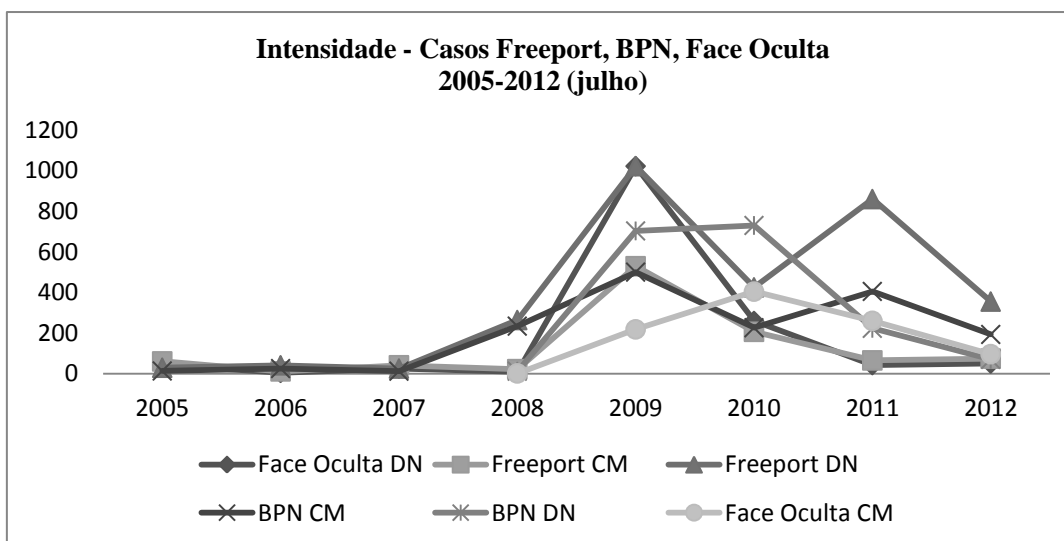


Gráfico 4— Gráfico evolutivo da intensidade dos casos *Freeport*, *BPN*, *Face Oculta* na imprensa (DN e CM) (Fonte dos dados: DN *online* <http://www.dn.pt/pesquisa/default.aspx?Pesquisa>; CM *online* <http://pesquisa.cmjornal.xl.pt/?>, acedidos em julho de 2012).

A rádio TSF<sup>7</sup> apresenta, por sua vez, um perfil muito semelhante de intensidade de cobertura, com picos significativos dos três casos em análise entre 2009 e 2011.

<sup>7</sup> TSF *online* <http://www.tsf.pt/pesquisa/default.aspx?Pesquisa> (acedido em julho de 2012)

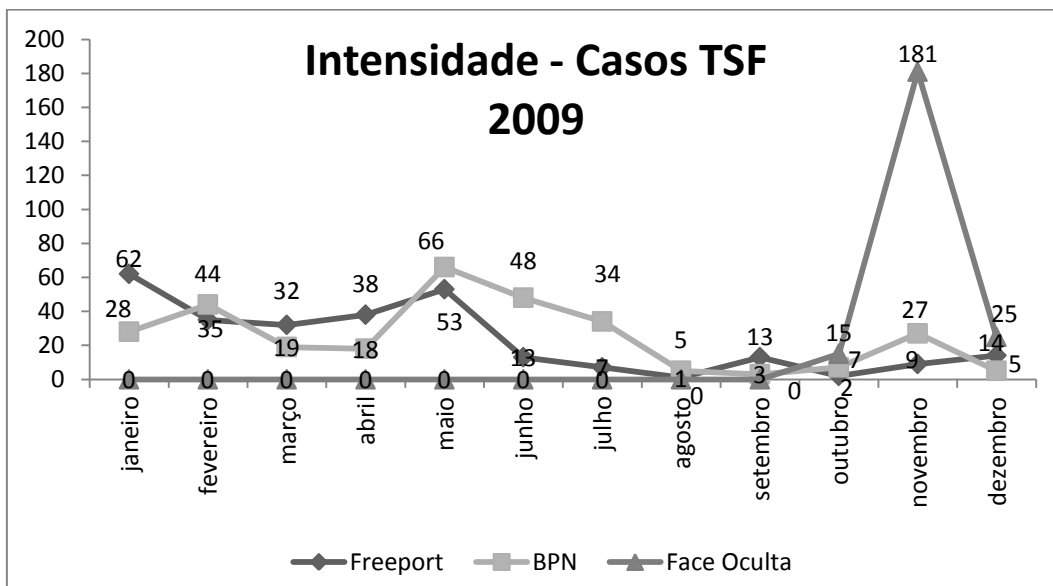
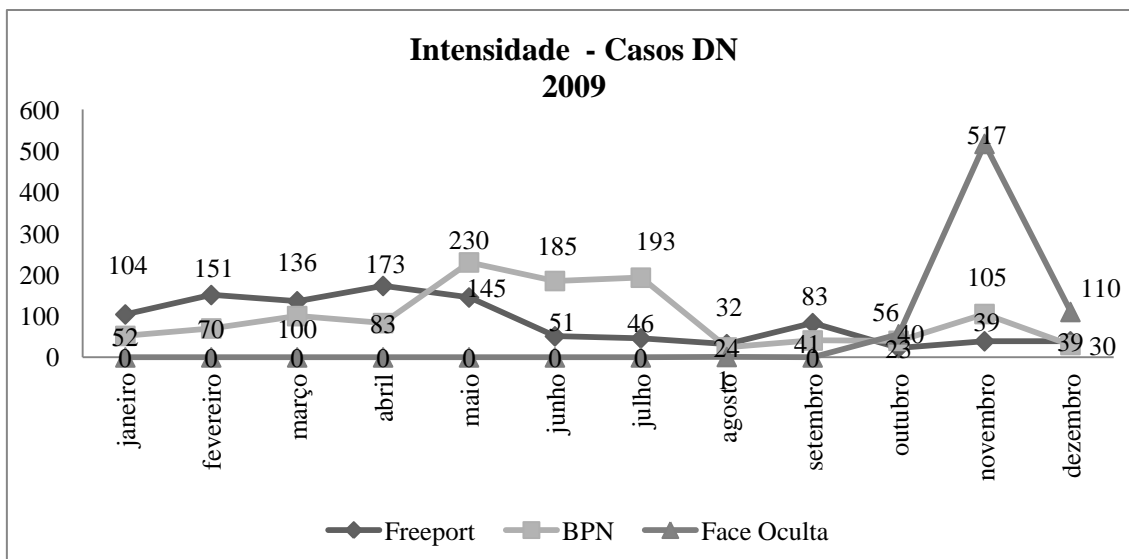


Gráfico 5— Gráfico evolutivo da intensidade dos casos *Freeport*, *BPN*, *Face Oculta* naTSF (Fonte dos dados: TSF online <http://www.tsf.pt/pesquisa/default.aspx?Pesquisa>, acedido em julho de 2012)

Ao longo destes anos de cobertura, o *Freeport* tem como principal personagem o primeiro-ministro, José Sócrates, que nunca foi constituído arguido neste processo. Seguem-se Charles Smith e Manuel Pedro, os corretores que intermediaram o processo e que foram constituídos arguidos mas, posteriormente, ilibados. No caso *BPN*, a personagem mais nomeado ao longo destes anos é Cavaco Silva, Presidente da República, seguindo-se José Sócrates, primeiro-ministro, e um ex-ministro de Cavaco Silva, Duarte Lima, também envolvido num homicídio, de uma herdeira de fortuna portuguesa, ocorrido no Rio de Janeiro. A nomeação do Presidente da República neste caso está associada ao facto dos principais envolvidos terem sido seus ministros e um deles ter ocupado, também, um lugar de conselheiro de Estado. O presidente é, igualmente, evocado por ter sido acionista e ter ganho avultadas somas na venda de ações pertencentes a uma empresa do banco, que faliu. No caso *Face Oculta* os mais nomeados na cobertura jornalística são Armando Vara (destacado membro da direção do PS, amigo pessoal do primeiro-ministro e administrador do banco do Estado, Caixa Geral de Depósitos), José Sócrates (primeiro-ministro) e José Penedos (administrador da empresa energética participada pelo Estado, EDP). As escutas feitas pela polícia judiciária a Armando Vara, detetaram conversas com o primeiro-ministro, e revelaram interesses comuns no controle dos *media*, levantando suspeitas sobre o tráfico de influências e financiamento ao partido socialista.

A análise detalhada nos dois títulos de imprensa (DN e CM) aponta para uma continuidade entre os casos, a que se soma um processo em cascata. Isto é, quando a cobertura de um caso diminui de intensidade, um outro caso o substitui e alcança maior intensidade. Deste modo, *Freeport* é o caso que inicia o ano de 2009, seguindo-se o *BPN* e posteriormente a cobertura do *Face Oculta*. A cadência da agenda de cobertura jornalística envolve aproximadamente três meses, normalmente com um pico acentuado. Poderemos explicar a “acalmia” da cobertura nos meses de agosto, setembro e outubro lembrando que em agosto, a *silly season* portuguesa, correspondente às férias grandes, implica as férias judiciais, tendo com consequência uma pausa dos tribunais e, por conseguinte, ao acesso às fontes privilegiadas. Os meses de setembro e outubro, correspondem, respetivamente, ao mês da campanha eleitoral, com maior restrições e vigilância sobre a informação, enquanto outubro, deverá ser entendido como “estado de graça” do candidato vencedor.

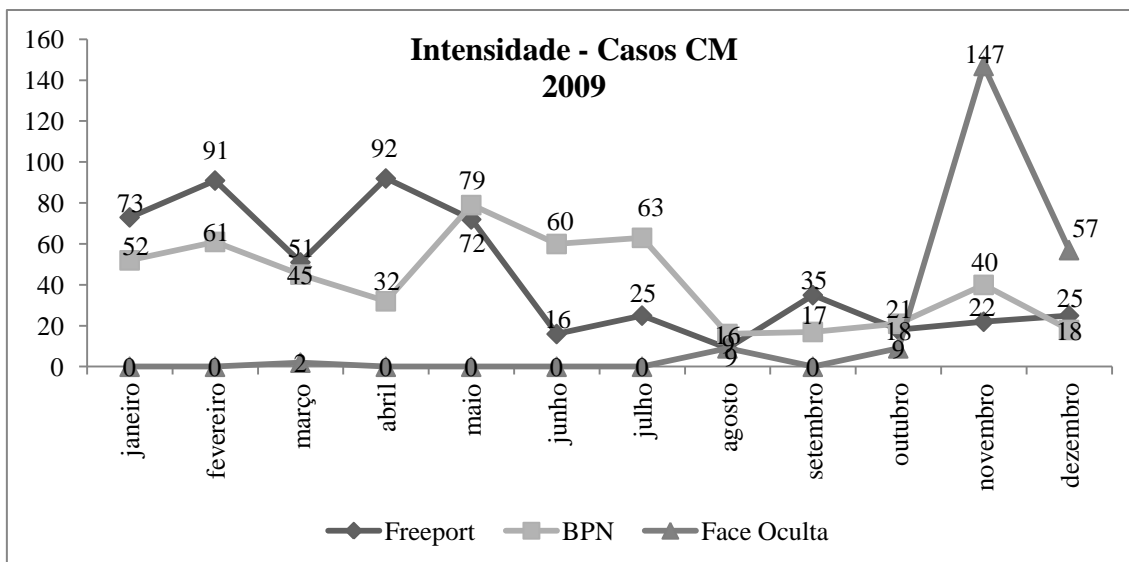
Comparado o fluxo de cobertura jornalística dos três casos nos dois jornais diários, observamos que existe um padrão diferente. No DN notamos que há um crescendo na cobertura de cada “nova agenda”: no caso *BPN* começa com uma intensidade superior ao pico do *Freeport*, e em seguida, o *Face Oculta*, “rebenta” com o dobro da cobertura jornalística do caso anterior. No DN o caso *Freeport* tem dois picos significativos: em fevereiro (denúncia do envolvimento da família do primeiro-ministro na receção de avultadas somas) e em abril (investigações em Inglaterra e apresentação nesse país, por um dos arguidos ingleses, de um DVD acusando o primeiro-ministro de ter recebido “luvas”). O caso *BPN* apresenta, igualmente dois picos salientes: em maio (denúncia sobre os ganhos do Presidente da República e da filha na venda de ações de uma das empresas do *BPN*; demissão e audição pela segunda vez, na Assembleia da República, do conselheiro de Estado Dias Loureiro, antigo ministro de Cavaco Silva) e em julho (denúncias sobre o envolvimento de três ex-ministros de Cavaco Silva). O caso *Face Oculta* tem o seu pico, em 2009, em novembro (inquérito a Armando Vara, administrado da Caixa Geral de Depósitos e membro destacado do PS, seguida da denúncia de escutas entre este e o primeiro-ministro).



DN: Total *Freeport*: 1022; Total *BPN*:1153; Total *Face Oculta*: 684.

Gráfico 6— Gráfico de intensidade dos casos *Freeport*, *BPN*, *Face Oculta* no DN (Fonte dos dados: DN online <http://www.dn.pt/pesquisa/default.aspx?Pesquisa>, acessado em julho de 2012)

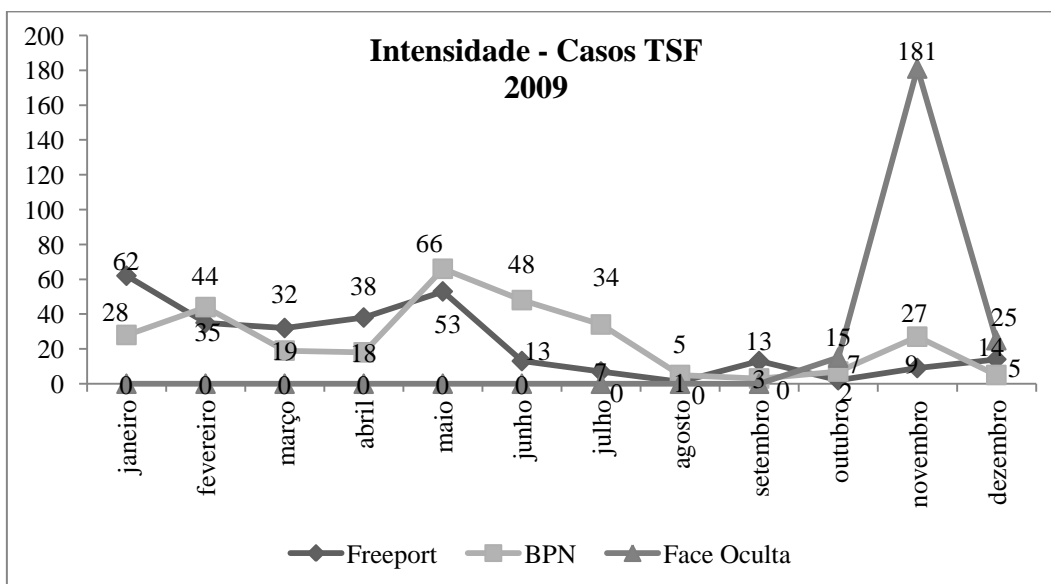
No CM, tendo em consideração que a intensidade da cobertura jornalística é menor em todos os casos, dado tratar-se de um jornal popular e tabloide, verificamos que, cada novo caso vem substituir o anterior. Os picos por caso são bastante semelhantes ao DN, no entanto a diferença está no seu apelo “escandalizante”, visível no tom da notícia. O *Freeport* manifesta dois picos: em fevereiro (denúncia do enriquecimento da família do primeiro-ministro e receção de avultadas somas) e em abril (divulgação do DVD em que Charles Smith denuncia o suborno do primeiro-ministro). O caso *BPN* apresenta, tal como no DN, dois picos, um em maio e outro em julho, salientando o envolvimento de grandes figuras políticas dos governos democráticos. O caso *Face Oculta* surge no CM em novembro e centra-se no envolvimento dos gestores das empresas públicas e nas relações entre o primeiro-ministro e o gestor da Caixa Geral de Depósitos, Armando Vara.



CM: Total *Freeport* 529; Total *BPN* 500; Total *Face Oculta*: 221.

Gráfico 7— Gráfico de intensidade dos casos *Freeport*, *BPN*, *Face Oculta* no CM (Fonte dos dados: CM online <http://pesquisa.cmjornal.xl.pt/?> , acedidos em julho de 2012).

A análise dos dados da rádio parece demonstrar um ritmo mais constante na cobertura jornalística, embora se possam identificar picos, nomeadamente, quando explode o caso *Face Oculta* em novembro de 2009, com especial relevância para o envolvimento dos ex-ministros de Cavaco Silva e a ligação passada do Presidente da República às empresas do *BPN*.



TSF: Total *Freeport* 279; Total *BPN* 304; Total *Face Oculta*: 217.

Gráfico 8— Gráfico de intensidade dos casos *Freeport*, *BPN*, *Face Oculta* na TSF (Fonte dos dados: TSF online <http://www.tsf.pt/pesquisa/default.aspx?Pesquisa>, acedido em julho de 2012)

Nos meios analisados os picos no fluxo de notícias correspondem, de uma maneira geral, a “revelações” associadas a três situações-tipo: envolvimento de governantes; entrada de novos atores (familiares ou amigos próximos dos “suspeitos” ou dos arguidos nos “casos” sob investigação) e denúncias de pressões sobre instituições (tribunais, meios de comunicação, ministério público).

## **Conclusões**

As reflexões e dados anteriormente apresentados constituem um contributo para uma análise mais extensa, que envolve a televisão e as redes sociais, que se encontra em curso no Centro de Investigação Media e Jornalismo, no âmbito do projeto “Cobertura jornalística da corrupção política”. Este estudo preliminar confirma que, num ano de eleições, há uma crescente cobertura jornalística de casos de corrupção na imprensa. Demonstra, também, que a visibilidade dos casos exige um volume maior de peças publicadas, o que determina que cada novo caso apresente uma maior saliência de cobertura jornalística. Observamos, igualmente, que o DN e o CM, sendo vocacionados para públicos-alvo diferenciados, conferem crescente atenção a estes fenómenos, sendo que o primeiro diário apresenta uma cobertura mais intensa e o segundo mais picos de saliência, centrados na escandalização. Por outro lado, a continuidade da cobertura de casos de corrupção na TSF, uma rádio noticiosa que acompanha grande parte dos automobilistas ao longo do país, permite como fala Maia (2006) um contínuo ruído de *issues* relacionados com aquele tema.

Parafraseando McCombs e Reynolds (em 2002) a habilidade dos *media* em chamar a atenção para determinados tópicos, tornam estes tópicos foco da atenção pública ou do pensamento dos cidadãos sobre a coisa pública, determinando a formação da opinião pública, exercendo assim uma indiscutível influência na perceção do que são os *issues* mais importantes.

Nos casos analisados, se tivermos em conta que a cobertura jornalística envolveu, preferencialmente, dois atores políticos eleitos para as funções de maior prestígio na democracia — o primeiro-ministro José Sócrates (caso *Freeport* e *Face Oculta*) e o Presidente da República, Cavaco Silva (caso BPN) — poderemos ter a dimensão do desgaste do regime neste ano de eleições. Se acrescentarmos, como pretendemos nos próximos artigos, os dados referentes à cobertura realizada pelas televisões de sinal

aberto e os fluxos gerados pelas redes sociais, estes fenómenos poderão ser avaliados na sua real grandeza.

Estes fenómenos de corrupção (Blankenburg, 2002: 149-165) não são novos, mas adequam-se às alterações do sistema económico, político e ideológico, refletindo, nomeadamente a chegada de uma nova classe política ao poder, trazendo novas ambições e um novo sistema de valores. Isto não quer dizer que, anteriormente não tenha existido fenómenos de corrupção. A explicação avançada para a amplidão destes fenómenos na Europa ocidental é que esta nova “classe dirigente”, maioritariamente de origem rural e treinada nas juventudes partidárias, chega à governação sem ter adquirido o sofisticado know-how das velhas elites dirigentes, sendo assim mais vulnerável às denúncias de corrupção e ao escândalo. Por outro lado, ela está também mais próxima das bases clientelistas e dependentes dos ciclos familiares e de vizinhança, sendo pressionadas a satisfazer necessidades reprimidas.

Como escreve Gambetta (2002: 51) quando alguém recebe um suborno o ato pode não ser motivado apenas pelo seu próprio interesse, pois em países onde a família extensa é importante e onde há um forte sentido de altruísmo familiar, rejeitar um suborno pode ser uma ação merecedora de reprovação (p.51). Assim, o familiarismo dá uma justificação para determinadas corrupções que não tem a mesma justificação em sociedades mais individualistas onde o interesse individual é a razão de tais atos. Nestas sociedades os agentes corruptos afirmam terem cometido esse ato por causa do partido.

*“Familiarism provides a normative system that favors corruption, while individualistic societies may paradoxically provide no such normative justification to act corruptly, for one is more transparently doing it for self-interest alone. Analogously, corrupt agents, when caught, have claimed that they were doing it for the sake of their party, rather than to line their own pockets. “.*  
(Bambetta, 2002:52)

Ao analisarmos a cobertura jornalísticas dos casos Freeport, BPN e Face Oculta, pareceu-nos que, para além da intensidade crescente da cobertura dos fenómenos, existe uma tendência em desocultar os mesmos dentro das anteriores “justificativas”.

A estas questões acrescem quatro outros fatores evocados na literatura internacional, no sentido de explicar uma maior visibilidade da corrupção política na atualidade: as mudanças na arena ideológica (a supremacia da política partidária *catch all* e o nascimento dos *business politicians*); alterações do funcionamento da justiça e do ministério pública (independência destes órgãos face ao poder político e capacidade de

avaliação internacional); papel dos *media* e crescente tecnologização da comunicação política (a corrupção e o escândalo como “armas de competição política”); pressões internacionais no sentido de normalizar o mundo dos negócios e promover normas de competição universais.

## **Bibliografia**

- Allern, S. e Pollack, E. (2012). *The mediated construction of Political Scandals in Four Nordic Countries*. Goteborg: Nordicom, University of Gothenburg.
- Blankenburg, E. (2002). From Political Clientelism to Outright Corruption — The rise of the Scandal Industry, pp. 149-165. In: Kotkin, Stephen & Sajó, A. *Political Corruption in transition: a sceptic's handbook*. Budapeste: Central European University Press.
- Bryant, J. and Zillmann, D. (2002) *Media Effects: advances in Theory and Research*, Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.
- Cunha, I. Ferin (2010) Televisão e Cobertura das Legislativas de 2009: Das estratégias às crises. *Revista Media & Jornalismo*, nº 17 (9) 2: 175- 194.
- Cunha, I. Ferin (2012) Crise, Corrupção Política e Media In: Peixinho, A. T. e Camponês, C. *Aprofundar a crise*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- Entman, R. (2004). *Projections of Power: Framing News, Public Opinion, and US Foreign Policy*. Chicago, IL: University of Chicago Press.
- Gambetta, D. (2002) Corruption: An Analytical Map In: Kotkin, Stephen and Andrés Sajó (2002), *Political Corruption in transition: a sceptic's handbook*. CEU Press, Central European University Press. pp. 33-56
- Grabe, M. E. (2009) *Image bite politics. News and the visual framing of elections*. Oxford: Oxford University Press.
- Heidenheimer, A. J. e Johnston, M. (ed.) (2002). *Political Corruption: Concepts & Contexts*. (3ed.). New Jersey: The State University.
- Leblanc, G. (1998) Del modelo judicial a los procesos mediáticos, pp. 60-70. In: Gauthier, G., Gosselin, A., Mouchon, J. (comps). *Comunicacion y Politica*. Barcelona : Maia, A. J. (2006) *Representações sociais da corrupção em Portugal— contributo para o seu conhecimento*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas ([www.bocc](http://www.bocc)).
- Maia, A.J. (2011) O discurso social sobre o problema da corrupção em Portugal. Lisboa: *Observatório Social sobre o Problema da Corrupção em Portugal*. Working Papers, nº 7.
- McCombs M (2004) *Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion*. Cambridge: Policy Press.
- McCombs, M. e Reynolds, A. (2002) News Influence on our pictures of the worlds. In: *Media Effects: advanced in Theory and Research*. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.
- McCombs, M. e Show, D. (1972) The Agenda-Setting Function of Mass Media, *Public Opinion Quarterly*, 36 (2): 176-197.
- Morgado, M. J. e Vegar, J. (2003) *Fraude e corrupção em Portugal: o inimigo sem rosto*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Rubim, A. C. (org.) (2004) *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba.



- Scheufele, (2000) Agenda-Setting, Priming, And Framing Revisited: Another Look at Cognitive Effects of Political Communication. *Mass Communication & Society*, 3: 297-316.
- Sousa, L. (2010) Anti-corruption agencies: between empowerment and irrelevance. *Crime Law Soc Change*. 53: 5-22.
- Sousa, L. de e Triães, J. (2007) *Corrupção e ética em democracia: o caso de Portugal*. Lisboa: ObercomBrief.
- Sousa, L. e Triães, J. (2010) *A corrupção e os portugueses: atitudes, práticas e valores*. Oeiras: Rui Costa Pinto Ed.
- Thompson, J. B. (2002). *O escândalo político: poder e visibilidade na era mídia*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Weaver, D. H. (2007) Thoughts on agenda setting, framing and priming. *Journal of Communication*, 57, 142-147.